

Defesa do Mercado Legal Brasileiro

*A sociedade unida para o combate ao contrabando,
pirataria e falsificação.*

O mercado de consumo brasileiro atrai a atenção de muitos investidores, seja por sua dimensão ou por seu potencial de expansão nos próximos anos. Em função disso, também há um grande interesse daqueles que atuam na produção e venda de produtos ilegais, especialmente as organizações criminosas que comercializam produtos piratas, falsos e de origem ilegal (contrabando e descaminho).

A pirataria, a falsificação e o contrabando dos mais diversos bens de consumo no Brasil estão presentes no dia a dia de todos os brasileiros. Mas o que muitos desconhecem é que o comércio de produtos ilegais está vinculado a uma série de outros tipos de crimes muito mais graves, tais como o tráfico de armas, munição e de drogas, a lavagem de dinheiro, roubo, sequestro e o tráfico de pessoas. Como demonstram as diversas ações de fiscalização e apreensão de mercadorias comandadas pelos agentes da Polícia Federal, da Receita Federal e da Polícia Rodoviária Federal, por trás de atividades comerciais aparentemente legais, tais como shoppings e galerias populares, feiras livres, vendas de ambulantes, comércio de rua, há uma engrenagem muito mais sofisticada que os interligam com o crime organizado.

Os danos à economia e para a saúde da população

A sociedade tem dificuldade de compreender os prejuízos causados por estas atividades ilegais. Se considerarmos, por exemplo, os treze setores da economia mais impactados por estas atividades, conforme demonstrado pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), os prejuízos acumulados chegaram a R\$ 24,5 bilhões em 2012. Isto sem falar na sonegação de impostos, perda de empregos formais e o preocupante fato de que o consumidor brasileiro fica à mercê de produtos que podem ser prejudiciais à saúde.

A política brasileira e os fundamentos da democracia

Em um momento importante como o das eleições para Presidente da República, Governadores de Estado, Senado, Câmara Federal e Assembleias Estaduais, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o FNCP, ao lado de diversos setores produtivos brasileiros decidiram não ficar alheios ao debate. Sabemos que este tema é complexo e envolve diversos aspectos, tais como a segurança das fronteiras; a defesa dos direitos e da saúde dos consumidores; a defesa da indústria nacional contra a concorrência desleal, e a preservação do mercado de consumo brasileiro. Por isto mesmo, devemos reafirmar os nossos compromissos em defesa dos interesses nacionais e na luta contra todos os tipos de ilegalidade.

Nesse sentido, conclamamos os candidatos a assumir compromissos que assegurem direitos e combatam os desvios de conduta inaceitáveis em um país com as dimensões territoriais, populacionais e econômicas que o Brasil detém, protegendo o grande patrimônio do País que é seu mercado interno, identificando essas medidas como ações de Estado e não de Governo, tornando-as permanentes.

As entidades que assinam esse manifesto solicitam aos candidatos:

- 1 Reafirmar o compromisso em defesa da legalidade desenvolvendo um efetivo programa integrado de ações da administração pública, por meio de atos coordenados de segurança, envolvendo a União, os Estados e os Municípios, com a participação da sociedade civil no combate à pirataria, ao contrabando, à falsificação e outras ilegalidades;
- 2 Estimular a formalização das atividades econômicas de forma a simplificar o sistema tributário em todos os níveis e aperfeiçoar a gestão pública, diminuir a carga tributária que onera cada cidadão, independentemente da sua renda;
- 3 Incentivar a desburocratização, reduzir a tributação e as obrigações acessórias, bem como eliminar as regulamentações excessivas que induzam ao aumento do contrabando e da falsificação;
- 4 Fortalecer a Polícia Federal, a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal, especialmente na área de fronteira, mantendo recursos humanos e técnicos, garantindo-se o pagamento de diárias aos servidores, de modo a manter continuamente a vigilância nas fronteiras;
- 5 Apoiar as iniciativas legislativas voltadas para o combate ao crime organizado;
- 6 Estimular ações de intercâmbio de informações com os demais países da América Latina estimulando as ações coordenadas para o combate ao crime transnacional criando, por exemplo, Escritórios Regionais de Integração formados por servidores dos países limítrofes;
- 7 Estimular a ação de inteligência policial e aduaneira para dotar a administração pública de informações e meios para combater as práticas ilegais;
- 8 Fortalecer o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual, aportando recursos e meios de efetiva interlocução institucional;
- 9 Desenvolver o intercâmbio de informações com o Judiciário, o Legislativo e os Ministérios Públicos Federais e Estaduais;
- 10 Institucionalizar a interação da aduana brasileira com os órgãos anuentes, fazendo que as regulamentações sejam válidas não só para os produtos fabricados em território nacional, mas também pelos importados;
- 11 Aprimorar, garantindo os recursos humanos e financeiros, as ações de fiscalização da ANVISA, cuja ação é fundamental para garantir a saúde das pessoas;
- 12 Agilizar o registro e a proteção efetiva da propriedade intelectual, fortalecendo a ação do INPI;

Essas iniciativas representam um importante passo no sentido de valorizar os direitos dos consumidores, do investimento e da geração de empregos formais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO

ETCO – Instituto Brasileiro de
Ética Concorrencial

ABIHPEC
Associação Brasileira da Indústria de
Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

ABIHPEC - Associação Brasileira
da Indústria de Higiene Pessoal,
Perfumaria e Cosméticos

ABIPLA
Associação Brasileira das Indústrias de produtos de
limpeza e afins

ABIPLA – Associação Brasileira
das Indústrias de Produtos de
Limpeza e Afins

IBL BRASIL LEGAL
Quem respeita as leis
respeita o Brasil

INSTITUTO BRASIL LEGAL–
Instituto Brasileiro de Defesa da
Competitividade

ABIFUMO

ABIFUMO – Associação Brasileira
da Indústria do Fumo

ADIPEC

Associação dos Distribuidores e Importadores
de Perfumes, Cosméticos e Similares

move
LIVRE ESCOLHA

MOVE – Associação Brasileira de Artigos
Esportivos

ABIVIDRO
Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

Abividro – Associação Técnica Brasileira
das Indústrias Automáticas de Vidro

BPG
GRUPO DE PROTEÇÃO À MARCA
UNIDADE PROTEÇÃO MARCA

BPG – Grupo de Proteção à Marca

UBV&G
UNIÃO BRASILEIRA DE VÍDEO E GAMES

UBV&G – União Brasileira
de Vídeo e Games

FNCP Fórum Nacional
Contra a Pirataria
e a Ilegalidade

FNCP – Fórum Nacional Contra a
Pirataria e a Ilegalidade

ABRINQ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS FABRICANTES
DE BRINQUEDOS

ABRINQ - Associação Brasileira dos
Fabricantes de Brinquedos

Abióptica
desde 1997

ABIÓPTICA - Associação
Brasileira da Indústria Óptica

APROVA

APROVA – Associação Brasileira das
Empresas de Reprodução Automática
de Áudio e Vídeo e Similares

MPA
MOTION PICTURE ASSOCIATION

MPA – Motion Picture
Association – Latin America

ABTA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TELEVISÃO POR ASSINATURA

ABTA – Associação Brasileira de
Televisão por Assinatura

ABPI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

ABPI – Associação Brasileira
de Propriedade Intelectual

Interfarma
Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Interfarma – Associação da
Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Abit
têxtil e confecção

ABIT – Associação Brasileira da Indústria
Têxtil e Confecção

ABES
SOFTWARE
ORIENTAR
CONECTAR
PROTEGER
DESENVOLVER

ABES – Associação Brasileira
de Software